

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Picão do Grande ABC (53) Class.: 180

Data 8 de abril de 1982 Pg.:

A teoria e a prática do Estatuto

O Estatuto do Índio, promulgado em 1973, tinha como objetivo regularizar a situação jurídica do indígena brasileiro, e o definiu como sendo "todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional". O Estatuto considera os índios relativamente incapazes — colocando-os sob a tutela exclusiva da União que, na prática, divide essa responsabilidade com as missões religiosas católicas e protestantes — e lhes garante o usufruto dos territórios que habitam tradicionalmente.

No entanto a Funai tem sido frequentemente acusada por antropólogos, indígenas, sertanistas e setores missionários de não estar cumprindo sua tarefa principal, que é a aplicação correta do Estatuto do Índio. Por isso foram criadas várias entidades civis de apoio espalhadas por quinze capitais brasileiras. São as ANAI (Associação Nacional de Apoio ao Índio) e as Comissões Pró-Índio, cujo objetivo é a denúncia e a fiscalização. Em 1978 lançaram-se, com sucesso, contra a proposta de emancipação dos povos indígenas formulada pelo Ministério do Interior. Eles partiram do princípio de que a medida alteraria o Estatuto do Índio.

Por outro lado esses grupos de defesa têm denunciado sistematicamente o não cumprimento do prazo legal para o término da demarcação das terras indígenas — que expirou em 1978 — e se manifestaram contra um decreto presidencial assinado em abril de 1980. Esse decreto alterou o Estatuto da Funai ao permitir ao órgão assinar convênio com os governos estaduais. O objetivo dessa regionalização seria suprir a falta de recursos da Funai, mas os setores e entidades civis de apoio ao índio acreditam que se trata de uma forma disfarçada de falsa emancipação, entregando o destino dos povos indígenas aos poderes regionais.

Igreja: que se redima o pecado

"Na Semana do Índio é necessário que o povo do Grande ABC reflita sobre a situação destes nossos irmãos e comece a tomar atitudes nesse sentido; a questão do Índio e sua sobrevivência dentro das terras que lhes pertencem é uma responsabilidade de caráter nacional". Assim se manifestam o bispo diocesano de Santo André, dom Cláudio Hummes, ao comentar o início das comemorações em torno da figura do indígena brasileiro. Segundo ele a maioria das escolas da região já receberam o livreto intitulado *Paz na Terra para os Povos Indígenas*, cujo tema é proposto pela CNBB para a realização da semana.

As comemorações, no entanto, ficarão restritas a leituras baseadas neste livro durante a realização de missas em todas as igrejas da região. Dom Cláudio salientou que nunca um povo decresceu de forma tão trágica como o indígena. "É preciso, desta forma, que este pecado social seja redimido a partir de agora através da manifestação e tomada de posição de todos os setores da sociedade" — conclui ele.

Projeção de filmes em S. Bernardo

Em homenagem ao Dia do Índio, a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de São Bernardo exibirá no anfiteatro Cacilda Becker diversos curta-metragens abordando o tema indígena. Amanhã, às 15h, serão projetados três filmes: *Aula Didática TV Cultura: Documentário Sobre Diacu* e *Documentário Sobre a 11ª Assembléia de Chefes Indígenas*. Na próxima terça-feira, em duas sessões, às 20 e 21h, serão exibidos *CPI do Índio* e *Missa da Terra sem Males*. Paralelamente, no saguão do teatro, permanecem até o dia 23 a exposição de fotografias de Maureen Bisilliat e objetos indígenas do Xingu.

Os filmes

O primeiro dos filmes que será apresentado amanhã, é o aproveitamento de uma das aulas da série da TV Cultura, e expõe didaticamente, através de uma das maiores autoridades sobre o assunto, Orlando Villas Boas, mostrando aspectos como: quem é o Índio, como vive, do que vive, seus usos e costumes, influências de sua cultura na cultura nacional.

O segundo filme do dia 19 mostra Diacu, que foi uma índia da tribo Kalapalo, que, em 1952, foi retirada do seu ambiente natural e, em nome dos valores de uma civilização superior (dos brancos) levada para o Rio de Janeiro, casando-se sob o testemunho de milhares de pessoas, com Veu e

grinalda, com o sertanista Aires, que a descobriu.

O terceiro documentário de amanhã foi realizado em 1978 e documenta um momento importante da vida do Índio brasileiro, que dá conta, inclusive, do despertar da consciência de raça, da necessidade da união, de reação. Passa-se na Aldeia Xavantes de São Marcos, onde aconteceu a 11ª Assembléia de Chefes Indígenas, com a presença de representantes de todo o continente.

CPI do Índio é o primeiro filme a ser apresentado no dia 20. Realizado por Hermano Penna, este documentário retrata um momento significativo da política indigenista brasileira: a CPI do Índio, interrompida em 1968 com AI-5, e que realizou apenas duas das cinco viagens programadas em territórios indígenas. Depoimento de Noel Nutels, indigenista conhecido por seu trabalho de defesa da vida e cultura do Índio contra o colonialismo interno.

Missa da Terra Sem Males é um filme de Conrado Berning e mostra uma cerimônia religiosa realizada em 22 de abril de 1979, na Catedral Metropolitana de São Paulo, onde sete mil pessoas assistiram a um memorável evento: missa de memória, remorso, denúncia e compromisso. As imagens da missa se mesclam cenas filmadas nas aldeias guaranis, do Paraguai.

